

As vozes do lugar na pesquisa de campo: possibilidades de acolhimento e abordagem de narrativas

Polyana Coelho^a, Raquel Gonçalves^b

Resumo

A pesquisa foi construída em torno às experiências de luta em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. Trata-se de uma população dependente da mineração, carente de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos e, portanto, distante da possibilidade de acesso e direito à cidade. Acompanhando as mobilizações de 2013 no Brasil, o distrito foi palco de lutas populares por melhores condições de vida despertando subjetividades e apontando desafios da luta urbana e da auto-organização popular. A partir da história oral buscou-se trazer a voz dos entrevistados preservando a originalidade e a livre expressão das narrativas.

Palavras-Chave

Lutas populares, História oral, Subjetividades, Narrativas.

Abstract

The research was built around fighting experiences in Antonio Pereira, Ouro Preto district, Minas Gerais, Brazil. It is a population dependent on mining, lacking infrastructure, equipment and utilities and thus far from any possibility of entitlement to the city. Accompanying the 2013 mobilizations in Brazil, the district was the scene of popular struggles for better living conditions, awakening subjectivities and pointing to challenges of urban struggle and popular self-organization. From the oral history we sought to bring the voice of the interviewees preserving the originality and free expression of the narratives.

Keywords

Popular struggles, Oral history, Subjectivities, Narratives.

Introdução

Em meio ao ressurgimento dos movimentos sociais urbanos abriu-se, em junho de 2013, no Brasil, um ciclo de lutas inspirado na forte onda de mobilizações que, desde 2011, inundavam o cenário do capitalismo globalizado de novas experiências de enfrentamento e resistência popular contra governos e regimes que se impunham às classes subalternas.

As mobilizações e ocupações preencheram o cenário político brasileiro entre 2013 e 2016. Embora a passividade tenha retornado em 2017, não se pode dizer que o ciclo de lutas se fechou; a classe dominante apertou o cerco político-ideológico para garantir sua hegemonia e alterou a correlação de forças, mas as tensões sociais permanecem latentes.

Tais mobilizações surgem em torno à precariedade e ao aprofundamento da crise urbana

recolocando na ordem do dia a luta pelo direito à cidade. A ideia do direito à cidade, tal como se apresenta no século XXI, conforme aponta Harvey (2014, p.15), distante de uma retomada dos pensamentos de Henri Lefebvre e do contexto das lutas da década de 1960, ressurge como uma nova consigna, resultado do somatório das diversas pautas específicas: moradia, infraestrutura, mobilidade, transporte público, contra as remoções, contra a segregação, além de outras tantas.

Contudo, segundo os preceitos de Lefebvre, o direito à cidade deve contemplar o direito de reinventar e recriar a cidade, decidir coletivamente pelos rumos e processos de urbanização. É, sobretudo, “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)” (Lefebvre, 2001, p.134).

Nesse sentido, seria necessário construir uma nova práxis e um novo homem, “o homem

^a Arquiteta-urbanista, Professora da Faculdade e Colégio Santa Rita (Brasil) e arquiteta da Secretaria de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. E-mail: polyanapcoelho@gmail.com

^b Arquiteta-urbanista, Professora Associada do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: raquelgargon@hotmail.com

da sociedade urbana”, afastando os obstáculos que limitam essa caminhada como, por exemplo, as ideologias, os mitos e as falsas estratégias. “A vida urbana ainda não começou”, afirma Lefebvre, e complementa que “apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das [...] soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra” (Lefebvre, 2001, p.113).

Qual seria, no entanto, a possibilidade real de promoção de uma iniciativa revolucionária de construção da sociedade urbana? Lefebvre aponta que em meio à estrutura dominante existem brechas, “abismos”. Contudo, “esses vazios não provêm do acaso. São também os lugares do possível, elementos flutuantes ou dispersos, mas não a força capaz de os reunir” (Lefebvre, 2001, p.115). Nesse sentido seria necessária a realização de uma metamorfose radical.

A partir da perspectiva de uma necessária revolução urbana, buscamos entender em que medida as ações coletivas e a ação direta podem ser consideradas experimentações de espaços de representação e participação e qual seria o potencial de transformação dessas ações. A ocupação dos espaços de decisão, as ocupações por moradia, a retomada dos espaços públicos para manifestações políticas e culturais.

Para tanto, utilizou-se a experiência de luta popular ocorrida entre 2013 e 2016 em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, MG, que correlacionou ação direta, ocupação do espaço, luta urbana e desobediência civil suscitando um movimento do sujeito político subalternizado no sentido da reapropriação de sua autonomia. Vizinho de Bento Rodrigues – subdistrito de Mariana destruído pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineração – o perímetro urbano de Antônio Pereira guarda intensa relação de proximidade territorial com as barragens de rejeitos da mineração. Altamente dependente da exploração mineral, tanto em termos econômicos quanto sociais, o distrito, que gera um alto contingente de impostos para Ouro Preto, chama a atenção pela carência generalizada em termos de infraestrutura, equipamentos urbanos, equipamentos comunitários e serviços públicos.

Contudo, ao contrário do quadro histórico de paralisia e passividade social que o caracterizava, o distrito foi palco de lutas populares por melhores condições de vida acompanhando o quadro nacional de mobilizações que se abriu em 2013. A insurreição de Antônio Pereira se apresentou como um rico despertar de subjetividades, capaz de apresentar elementos importantes no que diz

respeito aos desafios da auto-organização popular.

A pesquisa baseou-se em 21 entrevistas semiestruturadas construídas a partir da história oral, que possibilita priorizar a linguagem dos atores. Na tentativa de trazer a voz e a narrativa dos entrevistados para o centro da pesquisa buscou-se uma forma não convencional de construção textual, na qual as narrativas são apresentadas de forma linear e a presença do pesquisador se restringe à seleção dos trechos dando um direcionamento temático; uma tentativa de proporcionar voz ativa aos atores que participaram diretamente do processo de investigação, preservando ao máximo os elementos narrados em seu conteúdo, originalidade e livre expressão. A análise das narrativas é apresentada posteriormente, a título de considerações finais.

1. Antônio Pereira em debate: três séculos de história na poeira do minério

1.1 Antônio Pereira: do berço colonial à luta popular

Localizado na Região Central de Minas Gerais o município de Ouro Preto possui uma área aproximada de 1.245 km² e sua população totaliza aproximadamente 70.281 habitantes (IBGE, 2014).

Surgido nos tempos da exploração aurífera no Brasil, ainda sob a colonização, o município de Ouro Preto tem mais de três séculos de história. Reconhecido mundialmente por sua arquitetura colonial, setecentista, reduto da arquitetura barroca e da arte de Aleijadinho, o município guarda uma intensa relação com a atividade de exploração mineral desde sua origem.

O reconhecimento do valor histórico e cultural de Ouro Preto começa a ganhar amplitude em 1933 quando Ouro Preto foi erigida a Monumento Nacional por meio do Decreto Nacional nº 22.928. Em 1938, o conjunto histórico da cidade foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que havia sido criado no ano anterior. Os anos seguintes foram marcados por inúmeras obras de restauração e tombamentos individuais. Passadas quatro décadas do tombamento nacional, em 21 de setembro de 1980, Ouro Preto recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, e passou a ter visibilidade internacional.

O território da pesquisa que aqui se apresenta, denominado Antônio Pereira, é um distrito do município de Ouro Preto. Os primeiros re-

gistros da exploração da área de Antônio Pereira e arredores datam de aproximadamente 1693, quando o português Antônio Pereira Machado teria, junto com outros exploradores, descoberto ouro em grande quantidade na região.

A exploração de metais preciosos, principalmente de ouro, foi a atividade econômica principal do distrito ao longo dos séculos XVIII e XIX, tendo momentos de auge e decadência. Foi a partir da metade do século XX que entraram em cena novas tecnologias e novos incentivos estatais que possibilitaram a exploração de novas jazidas de ouro, ferro e outros minerais.

No intervalo entre as décadas de 1970 e 1990, ocorreu a instalação das grandes mineradoras na região. O crescimento populacional acentuou-se profundamente e houve uma expansão urbana significativa. Contudo, Antônio Pereira não recebeu investimentos significativos em infraestrutura e urbanização e também não contou com uma política associada a recursos para a preservação do casario antigo, do patrimônio histórico e cultural assim como para a manutenção dos equipamentos públicos e comunitários. Há ainda outro problema social que decorre da população flutuante que passa pelo distrito, que em grande

parte são trabalhadores temporários em busca das novas oportunidades de trabalho abertas pelas grandes mineradoras que chegaram à região.

1.2. Os ares do novo século em Antônio Pereira: as reivindicações e o ciclo de lutas

Diferentemente do quadro historicamente consolidado no distrito, o que se viu em Antônio Pereira em 2013 foram mobilizações organizadas por moradores independentes, que apostaram na rua como espaço privilegiado de expressão da indignação frente à ausência de direitos sociais basilares tais como saneamento básico, infraestrutura urbana e moradia.

Em se tratando de uma população sem histórico de luta e sem organizações sociais sólidas e atuantes, as mobilizações que ocorreram no distrito, acompanhando o ciclo de lutas aberto no Brasil em junho de 2013, chamaram a atenção não só por terem abraçado a ação direta enquanto tática sistemática de reivindicação e pressão, mas também por terem permanecido em cena durante os anos seguintes com a mesma conotação de instrumento de resistência e luta por direitos.

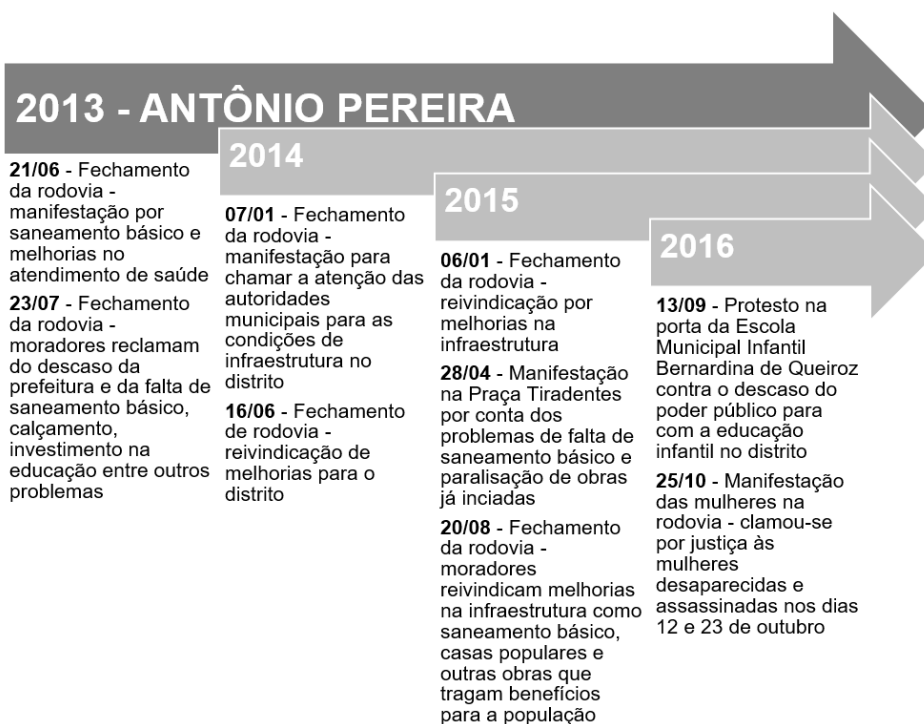


Imagem 1 - Cronologia das manifestações em Antônio Pereira

Fonte: Dados coletados pelas autoras, 2017

É extremamente significativo o quanto a autonomia do sujeito político morador do distrito de Antônio Pereira avançou por meio da ação direta. Vejamos o caminho percorrido pela pesquisa.

2. A pesquisa de campo: projeto, processo e prática

Trata-se de uma pesquisa construída em torno das descrições das experiências de luta e das condições de vida em Antônio Pereira. A pesquisa de campo buscou acumular sobre a necessidade da luta urbana enquanto prática cotidiana e desafio constante. Buscamos nos aproximar da organização popular em Antônio Pereira, numa tentativa de apresentar a compreensão da organização e da luta popular a partir das narrativas dos indivíduos que participaram ou estiveram próximos da ação coletiva.

As vozes, sistematizadas nas entrevistas, são o alicerce da pesquisa. Foram realizadas 21 entrevistas por meio das quais conhecemos a história do lugar, a história das pessoas, compreendemos melhor as múltiplas estruturas sociais e suas interconexões e percebemos as relações sociais e territoriais estabelecidas.

As entrevistas foram obtidas pelo método da História Oral, utilizado como máximo expoente da pesquisa de campo. Tal escolha se deve ao fato de que História Oral nos permite “reconstruir a história através de suas múltiplas versões; captar a lógica e o resultado da ação através do seu significado expresso na linguagem do ator [...]” (Alberti, 2013, p.20). Em uma rápida definição, Alberti (2013) observa que a História Oral é um “método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo [...]” (Alberti, 2013, p.24). A relevância do método da História Oral decorre da necessidade de priorizar a linguagem dos atores, dando voz às narrativas individuais e locais, no sentido de construir uma abordagem que tem no saber popular e local a sua base fundamental.

Na pesquisa em questão utilizamos um mesmo roteiro geral temático para todas as entrevistas semiestruturadas. Contudo, longe de ser um roteiro rígido, as questões propostas serviram para impulsionar o diálogo garantindo um espaço bastante flexível e aberto às narrativas e à história de vida dos entrevistados, narrativas estas que compõe nosso próximo subtítulo e que nortearam nossas análises e considerações.

Os agentes sociais que aqui emprestam sua

narrativa para ilustrar as temáticas e as questões urbanas em debate não foram determinados pela pesquisa preliminarmente. Para nos aproximarmos do campo de pesquisa, fizemos um primeiro contato com os diretores das escolas e com o presidente da Associação de Moradores de Antônio Pereira. Realizado esse primeiro contato, a rede ilustrada pelo fluxograma abaixo foi sendo construída. À medida que as narrativas indicavam novos interlocutores de relevância para a pesquisa, estes iam sendo incorporados ao grupo participante sendo que ao final efetivamos um conjunto de 21 agentes sociais entrevistados. O nosso quadro de narrativas é composto, portanto, da seguinte estrutura:

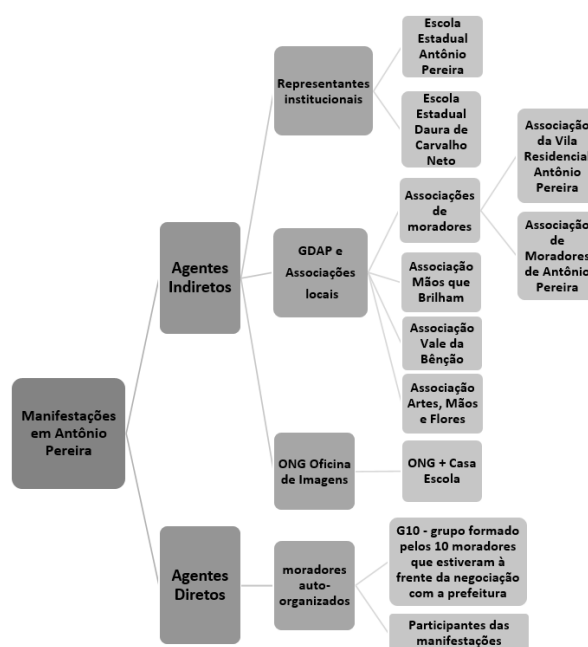


Imagem 2 - Diagrama dos participantes da pesquisa

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017

A metodologia foi construída no sentido de encontrar os elementos para a compreensão dos seguintes aspectos: 1. Quem eram os manifestantes e o que os levou à ação direta? 2. Quais os resultados dessa ação? 3. Qual a repercussão para os diferentes agentes sociais? 4. Qual o nível de aprovação/reprovação da tática para os diferentes grupos? 5. Qual a relação entre a ação direta e a ação institucional para os grupos em questão? 6. Qual a relação desses agentes sociais com os espaços de participação popular sobre a política urbana e sobre a política de habitação do

Município de Ouro Preto? 7. Quais os desdobramentos desse ciclo de lutas?

A articulação das diferentes narrativas em um texto único e a supressão das interferências da voz do pesquisador foram recursos utilizados no intuito de proporcionar uma maior aproximação com as narrativas e não apenas com os resultados analíticos da pesquisa. Esse esforço foi fundamental para o resultado da pesquisa deixando que os acontecimentos sejam narrados por suas próprias vozes.

3. As vozes do lugar: contadores de sua própria história

Para uma melhor compreensão das narrativas, vale ressaltar os elementos gráficos que foram utilizados no tratamento dos depoimentos e das fontes orais. Quanto aos elementos de tratamento da narrativa, utilizamos os parênteses e as reticências (...) toda vez que o entrevistado fez uma pausa mais longa, iniciou uma construção verbal/ frasal e não deu seguimento, utilizou uma expressão típica da oralidade, iniciou uma ideia e mudou para outra ideia ou para outra construção frasal logo em seguida. Para as expressões incompreendidas a partir do áudio, utilizou-se o parêntese e a interrogação (?).

Quanto aos recortes feitos pela entrevistadora no ato da transcrição foram utilizados os colchetes e as reticências [...], servindo tanto para a exclusão de palavras, frases ou até mesmo parágrafos inteiros. Tal recurso também foi utilizado para inserir palavras de auxílio à compreensão do texto, palavras que não foram pronunciadas pelo entrevistado e também para inserir elementos da discussão, uma vez que as perguntas foram totalmente suprimidas.

A ideia de transformar as entrevistas em narrativas contínuas, com a sua incorporação ao longo do corpo do texto da pesquisa, demandou que a transcrição fosse, em grande parte, realizada com a correção da concordância verbal e nominal. Ressalta-se, ainda, que para as expressões inadequadas para a norma culta, foram utilizadas as aspas; por exemplo, “todo mundo”. Para um destaque feito pelo entrevistado em relação à fala de outra pessoa, ou a de sua própria fala em um determinado momento do passado, utilizamos as aspas e o travessão “_”.

Por último, a separação dos trechos de fala por temas auxiliou na junção das diversas vozes, dissonantes ou não, na perspectiva de salientar o quanto o conflito e a diversidade (de posturas e opiniões) são parte indissociável da construção coletiva. Seguem as vozes.

3.1. Prioridades

“[...] Hoje em dia a prioridade para mim aqui, até mesmo antes da segurança – porque, igual eu te falei, violência tem em todo lugar – é saneamento básico lá no loteamento novo. O restante ainda dá para segurar, está caminhando.”

“[Pergunto: quais são as demandas mais urgentes?] Infraestrutura, esgoto (...) saneamento básico pra mim, hoje, aqui, é o de mais urgência. [...] A nossa água é de péssima qualidade, [tem] esgoto a céu aberto, e isso afeta toda a comunidade, porque vem problema de saúde, questão social, então tudo influência. Então, assim, saneamento básico para mim hoje é o mais urgente dentro da comunidade.”

3.2. As mobilizações

“[...] Um dia, de tanto eu ficar vendo aquele negócio de manifestação na televisão, eu levantei de manhã e falei com a minha vizinha: ‘_ Nós podíamos fazer uma manifestação lá naquela BR’. Aí ela ficava assim: ‘_ A polícia vai é bater em nós lá’. Eu falei com ela: ‘Vai nada!’. Aí, nós pegamos e tomamos a iniciativa. Eu tinha cinco reais, meu vizinho tinha dois, aquele dali tinha três, o [vizinho] de lá tinha dez, e nós começamos a juntar. De cinco em cinco, de dois em dois (...) tinha menino que chegava com 50 centavos. Aí nós começamos a fazer cartolina. Olha o muro como é. Nós escrevíamos era nesse muro aí. Nós [compramos] cartolina, faixa, tinta (...). Eu sempre falei assim: ‘_ Ó, gente, o Pereira precisa de muita coisa. Mas infelizmente, nós estamos precisando acordar o poder público para o loteamento’. Se chover ali onde estão aqueles dois carros, ninguém passa, nem o morador da casa fica dentro da casa, de tanta água e fez que ficava dentro da casa dele, porque era tudo a céu aberto. Quando chovia, para sair de casa nós tínhamos que fazer a volta lá em cima, pegar a BR, andar mais de meia hora para pegar a BR para chegar lá na praça. A minha vizinha estava grávida da menina dela não podia ir comigo. Eu e ela que começamos o negócio, mas ela não podia [ir comigo]. Aí juntamos eu, C., a M. (...) e nós começamos. Juntamos painelas, aquele negócio todo. Aí nós falamos assim: ‘_ ô, gente, será que vai alguém?’. Começamos a comprar foguete (...). Quatro horas da manhã nós começamos a soltar foguete. Aí nós andávamos batendo lata, menina, andamos o Pereira todo! Até chegar cinco horas da manhã, batendo lata. Nós olhávamos para trás e só [tinha] menino do tamanho dos

meus meninos andando atrás de nós. Ninguém acompanhava. Quando nós chegamos na BR eram cinco horas. Quando deu nove horas, nove e pouca, começou a chegar gente. Aí começou. A principal prioridade que pedíamos aqui era saneamento básico, era rede de esgoto, água, o asfalto aqui, a escola, que é estadual mas que (...) a prefeitura podia dar uma adiantada (...) e assim foi. Nós fomos pedindo mais para o lado de cá. Aí assim, obra não ficou em bom estado, mas para nós melhorou numa questão, pelo menos não tem rede de esgoto na rua mais, (...) aquilo ali é água, não é esgoto. Mas, por causa da empresa ficou tudo para trás, não teve o término das obras, a rua continua com os buracos do mesmo jeito, tem bueiro a céu aberto.”

3.3. Limites da ação direta – táticas e resultados

“Eu participei [das manifestações], fui a algumas. Sei lá, parece que fica só naquilo. Depois eu pensei mesmo assim, eu não participo mais de manifestação em estrada não, porque prejudica muito quem não tem nada a ver com isso. Eu ficava com pena vendo aqueles carreteiros parados ali, o dia todo, parado ali no sol, às vezes com fome (...). [Surte] pouco [efeito], deu pouco [resultado]. Agora com o WhatsApp todo mundo fica sabendo de tudo, né? Mas antes não, era um falando para o outro. Um falava pro outro, ligava pra gente, passava avisando com o carro de som, sabe? Quando era de madrugada eles começavam a soltar uns foguetes lá e a gente sabia que estava começando. Mas eu não ia de madrugada não. Mas teve gente aí que ficou muitas horas na estrada (...). Mais de 24 horas na estrada aí, parado. Então eu acho assim, igual greve de professores. Prejudica quem? Os alunos, os meninos. São os maiores prejudicados, não são? Eu acho que são os maiores prejudicados, porque eu nunca vi greve nenhuma surtir efeito. Infelizmente. Porque quem está lá em cima não está nem aí para quem não está indo na escola não, né?”

“Não participei das manifestações, (...) mas concordei em partes. Não participei porque eu não achei correto as pessoas fecharem a BR atrapalhando os serviços das empresas, sendo que nós tínhamos era que cobrar da prefeitura. Eu entendi que era uma forma de chamar a atenção, mas porque não foi todo mundo pra porta da prefeitura de Ouro Preto? Que é quem nos deve muito aqui [...]. Então eu não participei das manifestações. Mas, eu acompanhei, e nesse período das manifestações as organizações esta-

vam trabalhando num projeto junto com a Vale, né? Que foi onde conseguimos a construção da cobertura da quadra e fez aquela praça lá. Então nesse período a gente estava fazendo isso.”

“Eu nunca participei [das manifestações]. Porque o meu pensamento não é esse [de] parar a BR. [...] Eles paravam e as pessoas não podiam nem ir e nem vir, isso impedia muita gente tanto de trabalhar como de estudar; e [tinham as] pessoas que (...) trabalhavam fora [daqui]; pessoas que estavam com horário marcado de alguma coisa, perderam. Eu pensei que a gente podia fazer uma manifestação lá, na sede, lá na prefeitura. Sempre pensei desse jeito. Por isso que eu não entrei. [...] Mas, [se] teve o aspecto negativo, (...) teve o aspecto positivo também. De repente os empregados pararam de trabalhar [parando] os serviços das empresas. E ninguém quer parar, né? A empresa quer produzir. Ela tem uma meta. Então (...) eles já bateram direto lá na prefeitura também, porque uma coisa movimenta a outra. Teve esse aspecto positivo, porque preocupou. [...] O prefeito veio aqui (...) eu acho que (...) deu um alerta sim, mas não foi uma coisa que eu achei que adiantou muito pra nós aqui não. Principalmente nessa administração [passada].”

3.4. Direito à cidade

“Para mim [o direito à cidade] é qualidade de vida saudável, espaços urbanizados, espaços de recreação para crianças (...) porque nós temos poucos aqui dentro de Antônio Pereira. É uma saúde completa, atendimento odontológico, que aqui é escasso [...]. E uma participação maior do poder público aqui dentro. Acho que é o principal. E, acima de tudo, o respeito das grandes empresas e parceria com o poder público [para] estar sanando algumas dificuldades que são muitas aqui dentro.”

“Direito à cidade para mim, que moro aqui no distrito, é o acesso que a gente não tem. [...] Direito à cidade eu posso entender, na forma popular, como o direito de conhecer a cidade, de ser um cidadão.”

“Direito à cidade? Eu acredito que seria uma cidade melhor, um lugar melhor (...) e o tomar posse, né? Você se empoderar do que é seu. Acredito que seria isso! Viver bem!”

“Então, diante de todas as perguntas que você fez, eu acho que o direito à cidade seria eu ter um representante do meu distrito em cada conselho. Porque se eu tenho um representante meu, ativo dentro da minha comunidade dentro do conselho de saúde, [por exemplo], eu vou ter uma boa

saúde onde eu moro, porque ele vai buscar, ele vai gritar, ele vai pedir. Então assim, diante de tudo aí exposto, para nós termos direito à cidade seria [necessário] participar um membro da comunidade em cada conselho.”

3.5. Troca de saberes

“[...] Se precisar voltar, as portas estão abertas! É bom porque (...) às vezes a pessoa vê assim o lugar, mas não sabe o que acontece e o que está por trás. Não sei se eu dei a minha entrevista direitinho, mas a minha intenção é essa aí! Ajudar a crescer e deixar para os filhos, porque os filhos estão crescendo (...) não passaram pelo que a gente já passou.”

Considerações finais

A investigação do contexto local nos possibilitou chegar a alguns apontamentos. Os manifestantes eram, em sua maioria, moradores diretamente afetados pela carência de infraestrutura urbana, serviços e equipamentos públicos e formaram um novo grupo de lideranças, até então pouco envolvidas com a participação nos espaços comunitários, o que gerou certo conflito com os grupos já existentes. Embora seja de difícil assimilação, os conflitos entre ideais e táticas de luta de diferentes atores são uma grande potência e precisam ser vistos como elementos positivos, necessários ao amadurecimento da organização popular uma vez que possibilitam experimentar novas práticas e novas conclusões.

Em relação à ação direta e à desobediência civil dos atos, pautados na interrupção do trânsito da MG-129, concluímos que a apropriação da ação direta como um instrumento de luta se deu a partir do conhecimento, mediante redes de telecomunicação, da onda nacional de mobilizações, aberta em junho de 2013.

Os moradores que foram às manifestações tinham como alvo o poder público, tomado pela grande maioria dos moradores como o responsável pelas más condições de vida no distrito. As mineradoras, mesmo sendo eximidas pelos manifestantes da responsabilidade em relação aos problemas mais urgentes da comunidade, foram propositalmente afetadas como parte da tática para alcançar visibilidade. Podemos perceber a relevância desse enfrentamento tendo em vista que as empresas adotam claras táticas de convencimento e controle social. Está presente no imaginário coletivo uma imagem positiva e hu-

manizada das mineradoras que ‘se preocupam’ com o lugar, ‘acreditam’ nos projetos, ‘investem’ nos jovens e na população em geral. Com a total ausência do poder público na promoção de melhores condições de vida para os moradores de Antônio Pereira, de fato as mineradoras acabaram por consolidar investimentos sociais, equipamentos urbanos e comunitários que chamaram a atenção da comunidade e melhoraram as condições de vida.

Diante desse cenário, foi altamente significativa a pressão exercida sobre as empresas no momento das mobilizações. No entanto, a resposta sobre a repercussão das mobilizações para os diferentes agentes sociais se encaixa nesse mesmo contexto de análise. Em nível nacional, houve uma rápida reestruturação do discurso e da narrativa midiática contra a desobediência civil; era preciso reestabelecer o controle por parte da elite dominante.

Outro questionamento que levantamos no projeto de pesquisa foi: qual a repercussão da auto-organização para os diferentes agentes sociais? A repercussão das mobilizações foi positiva na grande maioria das entrevistas; mesmo em desacordo com a tática, muitos agentes sociais indiretos apontaram que a mobilização popular gerou modificações positivas na relação do poder público e na relação das mineradoras com os moradores do distrito. Contudo, a organização e a participação dependem de resultados concretos para motivarem os grupos a permanecerem envolvidos com a luta popular.

O avanço da consciência dos moradores para a necessidade de luta e organização permanente é um dos maiores desafios da organização popular que se esbarra diretamente com a cultura da representação, que retira do indivíduo a sua autonomia para planejar, decidir, fiscalizar etc. Os desentendimentos dentro do grupo também foram elementos de desestímulo e descrédito da luta popular, principalmente dentre os agentes diretos.

Ainda há muita indefinição em relação aos caminhos da auto-organização em Antônio Pereira. A comunidade está, desde o ano de 2017, empenhada em reivindicar o retorno das atividades da Samarco, e tem utilizado os aprendizados do ciclo de lutas para pressionar o poder público na aprovação e autorização das atividades mineiras. Agentes diretos e indiretos estão articulados nessa pauta do retorno da Samarco comparecendo às audiências públicas, reuniões de conselho e aos demais espaços nos quais a discussão esteja pautada. Todas as entrevistas realizadas trataram do retorno da Samarco como algo urgente e necessário.

Sem a devida ruptura do círculo vicioso destrutivo da mineração, por uma política efetiva de diversificação de renda e superação da desigualdade social, será difícil vislumbrar um cenário diferente. Há uma dependência generalizada do distrito e do entorno à mineração há pelo menos três séculos e não há nenhuma iniciativa de reversão desse quadro. Nesse sentido, é bastante compreensível que o movimento da comunidade seja exatamente oposto ao movimento que as universidades (professores, alunos), que parte dos técnicos, dos movimentos ambientais e dos movimentos sociais organizados vem fazendo no sentido de questionar a exploração mineral e seu modelo insustentável, principalmente em relação às barragens.

À comunidade resta, portanto, uma forte dependência econômica cada vez mais refletida em dependência sociocultural, que permanecerá enquanto a mineração for uma atividade competitiva e lucrativa ou enquanto durarem as reservas de minério. “Após qualquer um destes dois momentos, termina a dependência, mas resta a pobreza” (Zonta e Trocate, 2016, p. 194).

Diante do exposto, foi possível verificar que as experiências de ação coletiva são iniciativas importantes no que diz respeito à recomposição da luta popular e à desconstrução da heteronomia dos trabalhadores, enquanto sujeitos historicamente subalternizados e politicamente cerceados. A ação coletiva em Antônio Pereira, Ouro Preto, MG, apontou que, ainda que a correlação de forças não abra possibilidades para a estruturação de organismos de luta da classe, é possível despertar a autonomia da população por meio da ação direta, da ocupação do espaço e da desobediência civil.

Referências bibliográficas

- Alberti, Verena (2013, 3ª ed., 1990, 1ª ed.), *Manual de História Oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Braz, Mariana Diniz et. al. (2013), *Processo de Tombamento do Conjunto Arqueológico e Arquitetônico das Ruínas da Antiga Matriz De Nossa Senhora da Conceição*, Belo Horizonte, MG: Grupo Memória Arquitetura Ltda
- Harvey, David (2014), *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, São Paulo: Martins Fontes.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2014). *Perfil dos municípios brasileiros 2013*, Rio de Janeiro: IBGE.

- Lefebvre, Henri (2001, 5ª ed, 1968, 1ª ed.) *O direito à cidade..*, São Paulo: Centauro.

- Strauss, Anselm; Corbin, Juliet (2008, 2ªed., 2008, 1ª ed.), *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*, Porto Alegre: Artmed.

- Tarrow, Sidney (2009), *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*, Petrópolis, RJ: Vozes.

- Zonta, Marcio; Trocate, Charles (Orgs.) (2016), *Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*, Marabá: Editorial iGuana.